

# AS PRINCIPAIS FALHAS NA ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS PARA POSTERIOR LEVANTAMENTO DE VERBA PÚBLICA: UM ESTUDO NO TERCEIRO SETOR

Ihan Gabriel Augusto Faria<sup>1</sup>

Rodrigo Jussi Lopes<sup>2</sup>

## RESUMO

Entidades do terceiro setor estão crescendo gradativamente por desempenhar papel fundamental para a sociedade. O governo tem-se tornado aliado dessas entidades através da liberação de verba pública para que ela possa se manter ativa. Em contrapartida, a contabilidade dela deve-se manter correta e transparente, para que a verba não seja vetada. Dessa forma, a contabilidade tem-se tornado essencial para essas entidades. O objetivo principal desse estudo é verificar quais as principais falhas na elaboração de demonstrativos contábeis direcionados ao levantamento de verbas públicas, considerando o contexto contábil de empresas que atuam no Terceiro Setor. A metodologia utilizada é qualitativa e exploratória, com estudo de campo. A coleta de dados é realizada por meio de dois questionários semiestruturados: um direcionado ao representante do órgão público e outro ao gestor da entidade campo de estudo. Dentre os principais resultados, verifica-se que as principais falhas nos demonstrativos estão associadas à classificação incorreta de receitas e despesas, falta de conhecimento para com a legislação vigente e falta de coerência com o plano de contas. Conclui-se que a contratação de pessoal especializado, bem como capacitação da mão de obra já existente representam alternativas para amenizar as falhas evidenciadas.

Palavras-chave: Terceiro setor. Levantamento de verbas. Demonstrativos contábeis. Falhas.

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro–SP. E-mail: ihanfaria@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Administração, Especialista em Gestão da Produção, Mestre em Engenharia de Produção. Docente no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro – SP. E-mail: rodrigojussi@hotmail.com

No Brasil, existem três tipos de categorias para classificar as organizações. O primeiro setor é constituído pelas organizações governamentais, o segundo setor é formado por empresas privadas ou particulares, e as organizações do terceiro setor são constituídas por organizações sem fins lucrativos (associações, ONG'S e fundações) (DALL'AGNOL et al., 2017).

As entidades do terceiro setor são reconhecidas pelo seu objetivo principal que são as ações sociais em vez de ações econômicas (MAGALHÃES, 2012). Esse setor é de total importância para a população, pois oferece contribuições importantes, cobrindo os desprovidimentos deixados tanto pelo primeiro como pelo segundo setor (DALL'AGNOL et al., 2017).

A política de desenvolvimento social no Brasil tem necessitado de novos protagonistas, uma vez que o Estado não dispõe de condições para executá-las. Dessa forma, novas estruturas de trabalho que visem aumentar a parceria com esses setores, contribui para preencher e apoiar o estado no confronto dessas questões (OLIVEIRA, 2008).

O terceiro setor encara diariamente o desafio da sustentabilidade organizacional, pois depende de recursos externos para se conservar; que são provenientes do setor privado, do governo ou de pessoas parceiras (DALL'AGNOL et al., 2017).

Para se ter um bom ambiente sustentável é indispensável a capitação de recursos, possibilitando a efetividade de suas políticas de ação social (ARMANI, 2008).

Menciona-se que a transparência das demonstrações contábeis e a prestação de contas são fatores indispensáveis à capitação de recurso. Uma vez que os processos de transparência podem contribuir para o aumento da mobilização desses recursos e a contrapartida da prestação de contas, objetiva-se demonstrar a fonte desses recursos e onde estão sendo aplicados. Assim, a prestação de contas passa a ser uma obrigação social e pública (CFC, 2008).

Apesar de as organizações do terceiro setor ser entidades sem fins lucrativos, elas necessitam de organização contábil. Todos os benefícios adquiridos por ela pode se transformar em um problema quando ela não tem uma correta

administração contábil e financeira. E isso pode afetar futuras captações de recursos (BLOEDOU; LIMA, 2008).

Com o fortalecimento desse setor, e após alguns escândalos envolvendo-o, a transparência na contabilidade passou a ser um dos requisitos para uma ONG obter a qualificação OSCIP (Qualificação de Sociedade de Interesse Público) (MARTINS et al., 2011).

A contabilidade no terceiro setor passou a ter grande importância, pois ela auxilia demonstrar para a sociedade e aos doadores o trabalho que realmente vem sendo desenvolvido pelas instituições (MARTINS et al., 2011).

“O aumento do volume dos recursos arrecadados pelas entidades do terceiro setor sem fins lucrativos é acompanhado por uma maior necessidade de transparência quanto a sua aplicação” (CAMPOS, 2003, p. 27).

Portanto, quanto mais transparente a mensuração do processo operacional da organização, mais confiável será vista; e mais recurso poderá ser arrecadado. Isso representa a fundamental importância da transparência na contabilidade de recursos que são mobilizados pela ONG. (MARTINS et al., 2011).

Com base neste contexto, surge o seguinte questionamento: Quais as principais falhas na elaboração de demonstrativos contábeis direcionado ao levantamento de verbas públicas?

Dessa forma, o objetivo geral do estudo é verificar quais as principais falhas na elaboração de demonstrativos contábeis direcionados ao levantamento de verbas públicas, considerando o contexto contábil de empresas que atuam no 3º Setor.

De forma específica, os objetivos são assim estabelecidos:

- Levantar junto ao mercado ONGs que façam solicitação de recursos pela câmara municipal;
- Verificar a Órgão Público as principais falhas relacionadas aos demonstrativos elaborados;
- Levantar junto a ONG as principais causas que levam às falhas identificadas.

Com o passar dos anos, as organizações do terceiro setor tornaram-se uma grande aliada da sociedade, pois ela surge com objetivo de cobrir as falhas deixadas pelo governo, sejam eles sociais, culturais, ambientais entre outros problemas detectados, trabalhando para garantir os direitos da população (CAZUMBA, 2017).

A contabilidade hoje é vista como uma importante ferramenta de apoio à organização da entidade enquadrada no terceiro setor. A contabilidade viabiliza que “o investidor” avalie a destinação dos recursos empregados, uma vez que, com a ajuda da contabilidade para que as demonstrações contábeis e a prestação de contas sejam mais transparentes, a entidade será vista de forma positiva (MENDES, 2015).

Dessa forma, o presente estudo se justifica por abordar o contexto da contabilidade em empresas do Terceiro Setor, contribuindo, assim, com a captação de recursos delas; representando também significativa contribuição social.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Terceiro setor**

As organizações são constituídas em três esferas. Sabe-se que, na primeira esfera, encontra-se o governo responsável por questões sociais; na segunda esfera, há as empresas privadas, que cuidam de interesses individuais; e, na terceira esfera, estão as organizações sem fins lucrativos, que têm por objetivo cobrir a carência do Estado em questões sociais. Esse setor também necessita de captação de recursos financeiros, seja de empresas privadas seja do Estado; e utiliza-os em suas atividades, no âmbito social, cultural, recreativo, entre outros (MARTINS et al., 2011).

O terceiro setor é aquele que congrega as Organizações que embora prestem serviços públicos, produzem e comercializem bens e serviços, não são estatais, nem visem o lucro financeiro com os empreendimentos efetivados, e sim, visam o bem estar social (MARTINS et al., 2011).

As organizações do terceiro setor começaram a ter importância no cenário econômico partir de 1970, já que serviriam como serviço alternativo à crise do estado e do bem-estar social (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009).

Maior destaque é atribuído a essas organizações partindo-se da ideia de que haja uma reorientação do papel do estado. Tais entidades têm como objetivo cobrir as falhas deixadas pelo estado, em qualquer área relevante (ABDALA et al., 2015).

No Brasil, a partir de 1990, o terceiro setor passou a ter grande destaque na economia do país; ainda que não se saiba ao certo por que se deu esse crescimento no período, fica evidente que essas entidades têm maneiras diferentes de avaliar questões sociais do país (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009).

É evidente que as entidades do terceiro setor se alicerçaram a partir da década de 70, com o objetivo de cobrir as falhas que eram deixadas pelo Estado, e de qualquer área relevante para a sociedade. Dessa forma, ela passa a ter como principal característica suprir as necessidades socioculturais da população, sem visar lucro pela prestação de serviços.

## **2.2 Contabilidade gerencial**

A contabilidade gerencial reúne mecanismos contábeis e financeiros, que, de forma integrada, que possibilita tornar concreta a informação contábil na organização, aplicando os resultados para os métodos de gestão (PANDOVEVE, 2012).

Essa parte da contabilidade é a técnica de identificação, análise, interpretação e comunicação de informações financeiras aplicadas pela administração à organização, ao controle e à análise da entidade, possibilitando assim a aplicação devida de seus recursos (MARQUES, 2011).

A extensão da contabilidade gerencial é grande, pois deve responder à carência de informações gerenciais. Dessa maneira, é necessário subsistemas contábeis para que seja possível a criação de um planejamento estratégico, de controle das operações, para acompanhar a preparação dos processos de previsões e orçamentos, de análise dos lucros, de análise da estrutura de capital e rentabilidade, de geração de caixa, e de avaliação da performance dos gestores internos (PANDOVEVE, 2012).

A contabilidade gerencial preocupa-se com a entrega de informações para os gestores, ou seja, aqueles que conhecem a entidade e são os encarregados pelo controle de suas operações. Ela pode ser comparada à contabilidade financeira, que é contrastada com o fornecimento de informações para os futuros investidores e aos atuais acionistas da empresa (MARQUES, 2011).

Esse fragmento da Ciência Contábil é de total importância para qualquer organização. A contabilidade gerencial é voltada aos usuários internos em todos os níveis da administração que precisam de informação contábil para a evolução de planejamentos, para tomada de decisão e para controle das operações (PANDOVEVE, 2012).

Com a carência de informação contábil, que deve ser apresentada aos administradores da empresa, há comprometimento do planejamento, do andamento e do controle de atividades para verificação do desempenho. É composta por diversos recursos da contabilidade gerencial através do sistema de informação contábil gerencial (PANDOVEVE, 2012).

O eixo teórico da contabilidade gerencial consiste no conceito da mensuração, da decisão e da decisão. À medida que a contabilidade financeira funda-se em regras estabelecidas pelas práticas contábeis geralmente aceitas, os princípios fundamentais da contabilidade são plenamente aderidos a outros conceitos econômicos e financeiros (PANDOVEVE, 2012):

Portanto a Contabilidade Gerencial não se atém a regras específicas; obedece a um único fundamento: toda informação contábil útil à administração deve ser gerada pelos subsistemas de informações de contabilidade Gerencial (PANDOVEVE, 2012, p. 5.).

A contabilidade gerencial é uma parte da ciência contábil que engloba um aglomerado de informações essenciais para a administração, após perfazem as informações já existentes na contabilidade financeira (PANDOVEVE, 2012).

A contabilidade gerencial tem um papel de suma importância na tomada de decisão e no planejamento das atividades de qualquer organização, uma vez que ela é uma ferramenta que engloba os demonstrativos contábeis e financeiros da entidade de forma integralizada, tornando-os uma fonte de informação mais concreta. Podem-se assim aplicar os resultados aos métodos de gestão na entidade.

### **2.2.1 Demonstrativos contábeis**

Com as movimentações que se realizam nas empresas, torna-se indispensável a utilização de ferramentas que garantam uma abordagem mais

sucinta das informações contábeis, mas que não deixem de demonstrar qualquer informação que seja julgada importante (AZZOLIN, 2012).

As demonstrações contábeis, ou demonstrações financeiras como são conhecidas, representam um agregado de informações que a administração da organização deve publicar anualmente em conjunto com a sua prestação de contas, para acionistas, sócios e investidores (AZZOLIN, 2012).

Os dados encontrados nas demonstrações contábeis são retirados dos relatórios da contabilidade posterior ao registro de todos os documentos no sistema contábil da empresa em determinado período. Esses dados apresentam a situação patrimonial da empresa e podem contribuir para tomadas de decisão (AZZOLIN, 2012).

É de suma importância que essas informações sejam transmitidas em conformidade com a legislação vigente, com acréscimo de informações sobre eventuais itens significativos que permitam maior transparência da gestão (AZZOLIN, 2012).

De acordo com a NBC 10.19 (Norma Brasileira de Contabilidade), as principais demonstrações contábeis para as entidades do terceiro setor ou as sem fins lucrativos são o balanço patrimonial, as DSDE (Demonstrações do Superávit ou Déficit do Exercício, DMPLS (Demonstração da Mutaç o do Patrim nio L quido Social) e DOAR (Demonstra o das Origens e Aplica es de Recursos) (OLAK; NASCIMENTO, 2008)).

[...] as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades sem finalidade de lucro s o as determinadas pela NBC T 3 – Conceito, Conte do, Estrutura e Nomenclatura das Demonstra es Cont beis, e a sua divulga o, pela NBC T 6 – Da divulga o das Demonstra es Cont beis (NBC, 2012).

As demonstrações contábeis s o de total import ncia para as organiza es, pois auxiliam-nas em suas tomadas de decis o. N o   diferente quando se trata das institui es sem fins lucrativos, as quais necessitam de maior transpar ncia e de qualidade em suas demonstra es para futuras capita es de recursos, tanto com as organiza es do primeiro setor, quanto com outros investidores.

### **3 METODOLOGIA**

O estudo em questão utilizou metodologia qualitativa e exploratória, por meio de um estudo de campo.

As pesquisas que são realizadas pelo método qualitativo usufruem de sua facilidade para apresentar a complexidade de uma hipótese ou problema estabelecido; investigam a influência de certas variáveis; entendem e habilitam os procedimentos aplicados e testados por um grupo específico. A partir disso, podem determinar uma sequência de relação para o parecer final (OLIVEIRA, 2001).

O método exploratório tem como finalidade a caracterização de um possível problema para uma pesquisa mais característica, ou mesmo que seja para a formulação de uma hipótese. Mais adiante, o método pode ter outros tópicos, como proporcionar que o pesquisador faça um levantamento de dados contingente; mais adiante, a captação de informações a respeito de algum aspecto específico (OLIVEIRA, 2001).

O estudo de campo baseia-se na análise de fatos que acontecem naturalmente na captação de dados e no registro de variáveis possivelmente expressivas para futuras análises. Essa investigação não possibilita o isolamento e o controle da variável aparentemente relevante; porém concede o estabelecimento de uma associação constante entre condições estipuladas (variáveis autônomas e possíveis eventos; variáveis dependentes observadas e atestadas) (RUIZ, 2002).

A coleta de dados ocorreu por aplicação de questionários semiestruturados. Participaram da coleta o órgão público e o gestor da entidade enquadrada no terceiro setor. Em um primeiro momento, a aplicação ocorreu no órgão público, que é o responsável pela análise da estrutura contábil, em função da relevância dela para a sociedade; posteriormente, é responsável pela criação da lei que autoriza o repasse da verba para empresa. Em um segundo momento foi aplicado um questionário para o gestor da entidade, que é responsável pela demonstração de seus balanços e orçamentos.

No questionário, o informante escreve ou responde por escrito a um elenco de questões que foi cuidadosamente elaborado. Pode-se também ser aplicado de forma simultânea a um grande número de informantes, cujo anonimato pode representar outra vantagem muito bem classificada sobre a entrevista (RUIZ, 2002).

## 4 RESULTADOS

A empresa campo do estudo atua no terceiro setor; mantém dois colaboradores efetivos. A contabilidade da entidade é feita por uma empresa terceirizada. Para realizar a coleta de dados, foram elaborados dois tipos de questionários, um entregue ao órgão público e o outro ao gestor atual da empresa.

### 4.1 Órgão público

Na aplicação do questionário, quando questionado sobre os principais demonstrativos analisados para posterior liberação de verba pública, o gestor destaca que, para o primeiro contato, a ONG deve realizar um pedido por escrito ao poder executivo representado, no ato pelo prefeito, apresentando seu plano de trabalho e objetivo. Após análise, se aprovado, o próprio prefeito cria um projeto de lei e o envia ao poder legislativo. O projeto passará pelo processo de aprovação, e se aprovado o projeto, a lei é sancionada. A partir daí, a entidade começa a receber a verba e a passa a ser examinada a cada período, para que ela não perca o direito de captar a verba pública.

Quando questionado sobre as falhas mais encontradas nos demonstrativos contábeis das empresas do terceiro setor, o contador (representante do órgão público) argumentou que as falhas mais encontradas são: a classificação incorreta de receitas e despesas, a falta de conhecimento da legislação vigente para as entidades do terceiro setor, e a falta de coerência com o plano de trabalho apresentado.

Questionado sobre por quais motivos as falhas ocorrem, o representante do órgão público relatou que, em sua opinião, são a falta de qualificação e experiência do funcionário na área em questão. Ficou evidente que é necessário que o funcionário tenha uma qualificação adequada ao cargo.

Após ter apontado as principais falhas que são encontradas nos demonstrativos contábeis da empresa campo de pesquisa, questionou-se qual a falha que é observada com maior frequência. Verifica-se que a classificação incorreta de despesas representa a “falha” mais evidenciada nos demonstrativos.

Entre as principais falhas apontadas, a que mais impacta o momento de liberação da verba pública é a falta de compatibilidade entre o plano de trabalho e a realidade. O gestor tem a responsabilidade de manter suas despesas reais coerentes com o plano de trabalho, a fim de que ele não seja questionado pelo poder executivo; e, no fim do ano, não seja questionado também pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

Com relação às ações que deveriam ser tomadas para solucionar ou prevenir o aparecimento das falhas relatadas, foi relatado que a capacitação dos profissionais antes de assumirem as funções em empresas do terceiro setor representa o *ponto chave*.

#### **4.2 Gestor da ONG**

Após uma análise das respostas obtidas pelo questionário aplicado ao órgão público, foi feito um novo questionário para o aprofundamento da questão sobre a fonte dos erros que ocorrem para a captação de verba pública. Ao ser aplicado o questionário ao gestor da ONG, foi questionado se a ONG já havia passado por algum tipo de dificuldade relacionada a aspectos contábeis considerando o contexto de solicitação de verba pública. O informante respondeu que a ONG em questão já passou por dificuldade para a solicitação de verba pública, uma vez que a fonte da verba, a prefeitura municipal, também necessita de repasses; e que, na maioria das vezes, os repasses atrasam, ocasionando atraso de liquidação de despesas e dos salários dos funcionários; assim, a entidade paga juros e multa sobre as despesas.

Sobre a falha apontada pelo representante do órgão público: classificação incorreta de receitas e despesas nos demonstrativos, foi questionado quais aspectos contribuem para a incorreção e como pode ser evitada. Responde que a falta de conhecimento é o principal fator que influencia essa falha, além de falta de atenção ao apresentar esses dados; e que a forma de ser evitado é investir na capacitação do funcionário da ONG, para que esse erro não venha mais a ocorrer.

Ao ser questionado sobre o outro ponto: a falta de conhecimento da legislação vigente para as entidades do terceiro setor, questionou-se sobre os principais fatores que contribui para que isso ocorra, e o que poderia ser feito para ser evitado. A resposta é a falta e a dificuldade em se acompanharem as mudanças

da legislação, uma vez que as regras que regem o terceiro setor mudam frequentemente, mas que uma maneira de se evitar a falha, seria ter um advogado para cuidar da jurisprudência. Comentou ainda que já está tentando se adequar melhor a ONG sobre esse fator.

Quanto ao último ponto: a falta de coerência com o plano de contas, o informante foi questionado a respeito dos principais fatores que contribuem para que isso aconteça, e como esse erro poderia ser evitado. Argumenta que o plano de contas é uma previsão, uma tentativa de simular o que deve acontecer naquele ano, em se pensando, portanto, no plano de contas, que é feito considerando os acontecimentos do ano passado.

Então, o gestor acredita que o fator que mais contribui para a ocorrência desse erro é o fator econômico, uma vez que a não tem como prever como será a economia de um ano para outro. Uma maneira de se evitar esse problema é realizar o plano de contas em que se aumentam os valores estimados em relação ao plano de contas do ano anterior.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo abordou a análise das principais falhas em demonstrativos contábeis em empresas enquadradas no terceiro setor e as causas pela qual isso ocorre.

Há levantamento junto ao Contador (representante do órgão público) sobre as principais falhas nos demonstrativos contábeis apresentados pela entidade enquadrada no terceiro setor. Questionou-se o Gestor da ONG campo de estudo sobre as possíveis causas que contribuem para a falha em questão.

Segundo o contador, a primeira falha apontada (Quadro 1) foi a classificação incorreta de receitas e despesas nos demonstrativos. Nesse caso, o gestor da ONG argumentou que a falta de qualificação e atenção de seus funcionários são os principais fatores para que essa falha ocorra, argumentando que um investimento na qualificação de seus funcionários seria uma maneira de se evitar esse tipo de erro.

Outra falha apontada pelo contador (Quadro 1) foi a falta de conhecimento da legislação vigente para as entidades do terceiro setor. Segundo o gestor, o principal fator que contribui para tal falha é a dificuldade em acompanhar a legislação vigente

para o terceiro setor, e que uma forma para se sanar essa falha seria a contratação de um profissional na área do direito para acompanhar a jurisprudência que rege o terceiro setor.

Outro ponto destacado pelo contador foi a falta de coerência com o plano de contas (Quadro 1). Segundo o gestor, o principal fator para que essa falha ocorra é o econômico, uma vez que não há como prever como será a economia de um ano para o outro. Como solução apontada, está a projeção de contas com um valor maior do que foi gasto no ano anterior.

**Quadro 1: Síntese das falhas e causas na captação de recursos - contador X gestor**

<b>Principais falhas na captação do recurso público segundo Contador</b>	<b>Principais causas que influenciam para que ocorram as eventuais falhas segundo o Gestor</b>	<b>Possíveis soluções para evitar as falhas evidenciadas segundo o Gestor</b>
A classificação incorreta de receitas e despesas nos demonstrativos	Falta de qualificação e atenção dos funcionários	Investimento na qualificação dos funcionários
A falta de conhecimento da legislação vigente para as entidades do terceiro setor	Dificuldade em acompanhar a legislação vigente para o terceiro setor	Contratação de um profissional na área do direito
A falta de coerência com o plano de contas	Fator econômico	Projetar um plano de contas em um valor maior ao que foi gasto no ano anterior

Fonte: Elaboração própria

Por fim, o estudo limitou-se a abordar apenas uma entidade sem fins lucrativos. Outros estudos sobre a temática de captação de recursos públicos que

envolvam uma amostragem maior de entidades são de grande importância para a evolução dos resultados até então evidenciados.

## REFERÊNCIAS

ABDALA, Deborah Oliveira Santos; ASSIS, Lilian Bamber de; GONÇALVES, Carlos Alberto, ABDALA, Ricardo Almeida. **Parcerias entre o estado e organizações do terceiro setor: perspectiva e desafios em dois hospitais de Belo Horizonte e Brasília. Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 4, out.-dez., p. 187-196, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/ojs/apgs/article/view/4682/2414>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

ARMANI, Domingues. **Mobilizar para transformar: a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil**. São Paulo: Peirópolis, 2008.

AZZOLIN, Jose Laudelino. **Análise das demonstrações contábeis**. Curitiba, PR: IESDE, Brasil, 2012.

BLOEDAU, Alexandre Von, LIMA, Laerte Magalhães, Importância da contabilidade para o terceiro setor. **Revista das ONGs**, São Paulo, n. 21, fev. 2008. Disponível em: <[http://www.revistadasongs.com.br/como\\_montar\\_ong.php?ed=27](http://www.revistadasongs.com.br/como_montar_ong.php?ed=27)>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CAMPOS, Gabriel Moreira. A realidade contábil-gerencial de uma organização do terceiro setor: o caso da Fundação Otacílio Coser. In: **IX Congresso Internacional de Custos**, Florianópolis-SC, Brasil, 28 a 30 de novembro de 2005. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/1933/1933>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

CAZUMBA, Nailton. **A importância da contabilidade para as organizações do terceiro setor**. 2017. Disponível em: <<http://www.norteamazonia.org/single-post/2017/11/28/A-import%C3%A2ncia-da-contabilidade-para-as-Organiza%C3%A7%C3%B5es-do-Terceiro-Setor>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. Brasília, 2008.

DALL'AGNOL, Camila Fortuna; TONDOLO, Rosana da Rosa Portella; TONDOLO, Vilmar Antonio Gonçalves; SARQUIS, Aléssio Bessa. Transparência e prestação de contas na mobilização de recursos no terceiro setor: um estudo de casos múltiplos realizados no sul do Brasil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 13, n. 2, p. 187-203, abr./jun, 2017. Disponível em: <[www.furb.br/universocontabil](http://www.furb.br/universocontabil)>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MAGALHÃES, Rafael Andrade. **Terceiro setor e a fiscalização do tribunal de contas**. 2012 Monografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível

em: <[https://www4.tce.sp.gov.br/ecp/sites/default/files/rafael\\_andrade\\_magalhaes.pdf](https://www4.tce.sp.gov.br/ecp/sites/default/files/rafael_andrade_magalhaes.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2017.

MARQUES, Luiz . **Contabilidade gerencial**: a necessidade das empresas. 3. ed. Curitiba: Editora Autores Paranaenses, 2011. cap 1, p. 11-22.

MARTINS, Pablo Luiz; NERY, Karen Pereira; BORGES, Katia; SOUZA, Mariany Esposito; BORGES, Rodrigo de Oliveira. **Contabilidade do terceiro setor**: o caso de Anália Franco. 2011. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/6014267.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

MENDES, Luiz Carlos Abreu. Estado e Terceiro Setor: uma análise de aproximação. **Revista do Serviço Público**, v. 50, n.3, p. 72-91, 1999. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/35964/estado-e-terceiro-setor-uma-analise-de-aproximacao/i/pt-br>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. **NBC 10.19: Entidades sem fins de lucros**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo Do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratamento de metodologia científica**: projeto de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses: São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

OLIVEIRA, Wisllayne Ivellyze. Políticas públicas de terceiro setor: escolas, ONGs e empresas: atuações na região de Campinas. 2008. **Trabalho de Conclusão de Curso**, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=36739>>. Acesso em 10 abr. 2018.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2012. cap. 1, p. 5-20.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari De; FERNANDES, Maria Dilnéia Espindola. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, 2009.

RUIZ, João Alvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

*Recebido em: 02/09/2018*

*Aprovado em: 27/09/2018*